



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA BILÍNGUE
LIBRAS/PORTUGUÊS

MARIA DEUZANIRA FERREIRA DE AGUIAR

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: UM ESTUDO DA PROPOSTA
DE ALFABETIZAÇÃO PARA ADULTOS NO MOBRAL

APARECIDA DE GOIÂNIA

2023



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor:

Matrícula:

Título do Trabalho:

Mr. Deuzomiro Ferreira de Aguiar
2018 JQ900 802 48
Educação de jovens e adultos no Brasil

Autorização - Marque uma das opções

- ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
- ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
- ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção 2 ou 3, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- ☒ o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Assinatura _____ 09/03/23
Local Data

Mr. Deuzomiro Ferreira de Aguiar

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

MARIA DEUZANIRA FERREIRA DE AGUIAR

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: UM ESTUDO DA PROPOSTA
DE ALFABETIZAÇÃO PARA ADULTOS NO MOBRAL

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Pedagogo Bilíngue.

Orientador: Prof. Dr. João Ferreira de Araújo Júnior.

APARECIDA DE GOIÂNIA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A283 Aguiar, Maria Deuzanira Ferreira de

Educação de jovens e adultos no Brasil: um estudo da proposta de alfabetização para adultos no Brasil. / Maria Deuzanira Ferreira de Aguiar. - Aparecida de Goiânia, 2023.

37 f.

Orientadora: Dr. João Ferreira de Araújo Júnior.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia, Licenciatura em Pedagogia Bilingue, 2023.



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA DEUZANIRA FERREIRA DE AGUIAR

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: UM ESTUDO DA PROPOSTA DE ALFABETIZAÇÃO PARA
ADULTOS NO MOBRAL

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia Bilingue, desenvolvido na linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade sob orientação do prof. João Ferreira de Araújo Júnior .

Aprovado em 02 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

(assinado eletronicamente)

Dr. João Ferreira de Araújo Júnior (Presidente - orientador)

(assinado eletronicamente)

Ms^a. Gessica Filgueiras Milagre (Membro Interno)

(assinado eletronicamente)

Dr. Danyllo Di Giorgio Martins da Mota (Membro Interno)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Gessica Filgueiras Milagre, PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO**, em 04/02/2023 11:05:59. **Danylo di Giorgio Martins da Mota, PROFESSOR ENS BASICO TECN**
- **TECNOLOGICO**, em 03/02/2023 17:53:03. **Joao Ferreira de Araujo Junior, PROFESSOR ENS**
- **BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 03/02/2023 17:49:14.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/01/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 368531

Código de Autenticação: 92b38d9432



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Avenida Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd. 1, Lt. 1-A, Parque Itatiaia, APARECIDA DE GOIÂNIA / GO,
CEP 74968-755 (62) 3507-5959 (ramal: 5959)

DEDICATÓRIA

A Deus, meu guia e razão de minha existência. Ao meu esposo, filhos e filhas fonte do meu incentivo e motivação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte da minha inspiração e razão da minha existência, sem Ele não teria forças para chegar até aqui.

Minha gratidão ao meu professor e orientador pela compreensão e paciência a mim dispensadas, e por ter me auxiliado na elaboração desse trabalho.

Aos meus colegas de classe que se fizeram presentes durante o meu processo de formação, pelo companheirismo e cumplicidade durante todo esse tempo.

Epígrafe

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.” .

Paulo Freire

RESUMO

O trabalho de Conclusão de Curso intitulada Educação de Jovens e Adultos no Brasil: um estudo da proposta de Alfabetização para Adultos no MOBRAL aborda a questão da alfabetização no Brasil, em especial as propostas desenvolvidas no período do Regime Militar com a criação e implementação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Tem-se como objetivo geral perceber as características, a importância e tecer uma crítica à proposta de alfabetização de adultos formalizada no Movimento Brasileiro de Alfabetização Brasileiro (MOBRAL). O estudo menciona a importância da aquisição da leitura, escrita e a construção de cálculos, além de contribuir para a inserção do indivíduo no meio social e no mercado de trabalho. Interroga-se sobre as características, a importância e a crítica à alfabetização proposta pelo Mobral. Metodologicamente, utilizou-se da pesquisa documental para coletar e apreciar dados sobre a alfabetização de adultos no contexto do MOBREAL, além, de um estudo bibliográfico sobre a educação de Jovens e adultos no Brasil. Como referencial teórico apoiou-se em autores como Fausto (1995), Paiva (1987), Freitas (2011), Machado (2018) e Fávero (2011). Ressalta-se a construção histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e a alfabetização no MOBREAL. Ao que se pode constatar que mesmo havendo falhas na execução, tanto econômica, como em termos de ideologia; o MOBREAL contribuiu para a existência do programa de Educação de Jovens e Adultos nos dias atuais.

Palavras-chaves: Alfabetização. MOBREAL. Educação de Jovens e Adultos.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CEAA- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.

CNER- Campanha Nacional de Educação Rural.

CONFINTEA- Conferência Regional Preparatória.

CREMEJA- Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos.

DNE- Departamento Nacional de Educação.

EJA- Educação de Jovens e Adultos.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LDB- Lei de Diretrizes e Bases.

MEC- Ministério da Educação.

MES- Ministério da Educação e Saúde.

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização.

MOVA- Movimento de Alfabetização.

PAF- Programa de Alfabetização Funcional.

PEI- Programa de Educação Integrada.

PRODAC- Programa diversificado de ação comunitária.

PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

SECAD- Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade.

SETEC- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	13
3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL)	20
3.1 Caminhos da Pesquisa.....	20
3.2 A Origem do MOBRAL	22
3.3 A nova organização do MOBRAL: Uma experiência a nível nacional	26
3.4 Processo educativo do MOBRAL	29
3.5 Os programas do MOBRAL para Jovens e Adultos.....	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

Para iniciar o estudo, primeiramente, foi necessário analisar bem os temas, pela afinidade durante minha trajetória dentro do curso de Pedagogia Bilíngue, de modo que se pôde selecionar um tema para pesquisar, analisar e escrever sobre ele.

Meu interesse pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) advém da minha infância, quando eu tive a oportunidade de conviver com pessoas que estudavam por meio do MOBRAL. Observar a dinâmica da vida escolar dos estudantes do MOBRAL me incentivou a ter mais interesse pela educação, a ponto de me causar grande contentamento ver o empenho das pessoas em realizar o desejo de aprender a escrever e ler, mesmo em meio às muitas dificuldades enfrentadas naquele momento histórico. Recordo-me da movimentação do povo à procura de uma escola onde se matricular e, assim, pudesse ser alfabetizado. No meu convívio o público do MOBRAL era formado em sua maioria, por mulheres que demonstravam interesse em aprender ler e escrever, pessoas que tiveram os seus direitos de frequentar a escola negados no momento oportuno.

As atividades do MOBRAL eram divulgadas naquela época por pessoas da comunidade que de “boca a boca” iriam anunciar a novidade. As atividades eram realizadas por alguns membros da comunidade que sabiam ler e escrever e que se dispunha a levar o conhecimento aos menos favorecidos, mesmo em espaços educacionais precários, sem condições materiais para as atividades de ensino. A população ansiava pela alfabetização, necessidade que levou a uma grande procura pelo MOBRAL. A possibilidade de escrever o próprio nome e ler, ainda que o mínimo deu novo ânimo ao povo.

A busca pela liberdade conquistada através da leitura e da escrita, a possibilidade de interagir socialmente com independência e ocupar lugares antes negados pelo analfabetismo despertou um empenho e um entusiasmo diferente nos alunos do MOBRAL. Presenciar esse processo educativo foi de enorme valor para formação das minhas concepções iniciais sobre educação. Os estudantes do MOBRAL estavam cheios de esperança, ansiavam por saber. Escrever o próprio nome identificar-se na forma escrita em documentos oficiais e comunicar-se eficientemente sem necessitar da boa vontade de outrem se tornou um bem de elevado valor proporcionado por esse novo modelo de escolarização.

A experiência de conhecer de perto essa realidade que, embora distante da atualidade, me fez perceber a importância e o poder que a leitura e a escrita podem exercer nas relações e interações do ser humano em sociedade. Essa breve descrição demonstra o porquê o MOBRAL tornou-se o tema de interesse para o meu Trabalho de Conclusão de Curso. O MOBRAL perpassa minha trajetória e história de vida. É meu desejo buscar conhecer mais profundamente e compreender melhor a educação de jovens e adultos adotada e desenvolvida nas décadas de 1960 e 1970, apresentando suas estruturas educacionais, contribuições e críticas. Tenho como questão norteadora a seguinte indagação: Quais são as características, importância e a crítica à proposta de alfabetização de adultos no MOBRAL?

Com o tema definido, passei para a seguinte fase: o estudo, onde refleti sobre as hipóteses, questões, problemas e até mesmo sobre qual seria o meu objetivo em pesquisar sobre o MOBRAL. Esse passo foi de extrema necessidade tendo em vista que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em uma etapa muito importante para a composição do meu aprendizado.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa documental, onde, utilizamos como referencial os cadernos: MOBRAL: sua origem e evolução 1 (1973) e O MOBRAL e a educação de adultos (1978) disponíveis no site do CREMEJA – Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos¹. Os dados obtidos foram analisados de forma qualitativa, onde, apresentamos ao decorrer do trabalho as percepções, motivações, comportamentos, história e resultados.

Este trabalho está dividido em dois tópicos: Educação de Jovens e Adultos no Brasil que fala sobre o surgimento de uma perspectiva educacional voltada para jovens e adultos desde a época dos jesuítas até os dias atuais, ainda que o objetivo final fossem dotado de ideologias políticas, religiosas e mesmo econômico; e A educação de jovens e adultos no contexto do movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL), onde se explicita sobre como se deu a alfabetização de jovens e adultos no Brasil com o movimento do Mobral, os avanços e desafios enfrentados, bem como os erros e acertos neste processo.

¹Disponível em: <http://cremeja.org/a7/acervo-digital/fundo-osmar-favaro/educacao-de-jovens-e-adultos/mobral/>

2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Neste capítulo será abordado os principais pontos da trajetória da educação de Jovens e adultos no Brasil, as principais influências e bases em experimentos realizados por pesquisadores de fora do país

Para entendermos a Educação de Jovens e Adultos no Brasil é necessário que antes façamos um breve contexto histórico. Segundo Paiva (1987), os historiadores e pesquisadores estimam que a primeira prática educacional totalmente relacionada ao ensino de pessoas adultas no Brasil tenha sido através dos jesuítas em meados de 1549, pois os mesmos vieram com o objetivo principal de cristianização dos nativos e também de cuidar da igreja instalada no Brasil colonial. Esses jesuítas construíam locais que eram denominados de “missões” onde utilizavam para catequizar os nativos pregando a fé cristã.

Fausto (1995) nos traz que esse movimento de catequizar os povos indígenas esbarrou em um problema muito complicado, a barreira linguística. Deste modo seria impossível converter os índios ao cristianismo sendo que não havia compreensão na linguagem, assim, foi decidido que era necessário o ensino das letras, da escrita e da leitura.

Já no período imperial, após a independência do Brasil, em 1824 Dom Pedro I criou a primeira Constituição onde, constava a garantia de instrução primária e gratuita para todos os cidadãos (Art. 179, XXXII). Porém, mesmo com essa garantia prevista em Constituição não foi bem isso que aconteceu, já que era um período escravocrata e rural. Segundo Haddad e Di Pierro: “[...] porque no período do Império só possuía cidadania uma pequena parcela da população pertencente à elite econômica à qual se admitia administrar e educação primária como direito, do qual ficavam excluídos negros, indígenas e grande parte das mulheres”. (2000, p. 109).

No período do Brasil República, ocorreu a criação da segunda Constituição brasileira no ano de 1891, onde não era assegurado o direito que havia sido concedido pela primeira Constituição, outro problema que havia nessa nova Constituição foi o veto ao direito de voto da população analfabeta. É importante citar que segundo os autores Haddad e Di Pierro (2000) essa medida de veto ao direito ao voto surgiu em um período onde a maioria da população no Brasil era analfabeta.

Com esse breve resumo histórico podemos analisar que, mesmo que tenha havido durante a história momentos relacionados Educação de Jovens e Adultos,

nenhum deles tinham por finalidade o ensino e sim motivos políticos, religiosos e até mesmo econômicos.

Segundo Fávero e Freitas (2011), historicamente, o primeiro trabalho realmente voltado para a Educação de Adultos no Brasil foi de Paschoal Lemme (1938-1940), onde foi apresentado como tese de concurso para técnico de educação no Ministério de Educação e Saúde (MES). Para sua realização, se tomou como base as experiências realizadas pelos países como Inglaterra, França e Estados Unidos após a 1ª Guerra Mundial:

Época em que foram implantadas extensas redes de educação não sistemática, chamadas de extraescolar e em que foram recuperados os resultados das pesquisas realizadas na Psicologia sobre a capacidade dos adultos aprenderem, realizados por Thorndike. Retoma também os importantes estudos de Dewey e Kilpatrick, muito atuais na época. (FÁVERO e FREITAS, 2011, p.366).

O estudo de Pascoal Lemme nos traz que o termo “Educação Popular” refere-se à extensão do ensino elementar que era para crianças, adolescentes e adultos das camadas populares que na época era a escola primária para crianças de 04 anos, sendo obrigatória somente até os 10 anos de idade. Essa extensão para os adultos acontecia no período noturno com o objetivo de alfabetizar aqueles que já “passaram” da idade do ensino regular obrigatório, eram cursos de curta duração.

Favero e Freitas (2011) também citam em seu estudo os escritos de Lourenço Filho, onde se tem a definição de educação de adultos como “qualquer plano, sistemático ou assistemático, de educação destinada a adolescentes e adultos, independente dos planos escolares convencionais, de instituições públicas e particulares”. (Lourenço Filho, 1945, p. 176 Apud Fávero e Freitas, 2011 p.).

Segundo Fávero e Freitas (2011), Lourenço Filho recorreu à literatura estrangeira, onde era afirmado que para que os adultos aprendessem seria necessário que formassem uma metodologia de ensino especial, ou seja, as metodologias aplicadas às crianças não funcionavam para essa faixa etária de estudos tardios. Outro ponto que ele enfatizava era a necessidade de haver uma formação especializada para professores que atuariam na educação de jovens e adultos. Para ele, as funções da educação de adultos eram divididas em: supletiva de combate ao analfabetismo, profissional que visava reajustar às pessoas as novas

condições de trabalho por meio de cursos, aperfeiçoamento e cultura, cívico-social no caso de imigrantes do país ou de estrangeiros.

Os estudos de Fávero e Freitas (2011) indicam que a primeira função supletiva foi assumida pela Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos organizada pelo Ministério da Educação e Saúde a partir de 1947. Nessa Campanha, os alunos analfabetos eram atendidos em classes de emergência organizadas com o apoio de entidades privadas e secretarias de educação. As aulas eram sempre noturnas, ministradas por professores do antigo ensino primário ou voluntários, utilizando os seguintes materiais de referência: “cartilha de alfabetização Ler, livro de leitura Saber, elaborados segundo o método Laubach, e Manual de Aritmética, além de fascículos sobre higiene e saúde, civismo, técnicas agrícolas rudimentares, dentre outros pontos” (FÁVERO e FREITAS, 2011, p.368).

Para Fávero e Freitas (2011) com o movimento de cultura e educação popular das décadas de 1950 e 1960, surgem pontos ligados ao contexto histórico de 1958 levam à redefinição do conceito de alfabetização, que costumava estar atrelado apenas à ideia de ler, escrever e contar. O primeiro sinal dessa mudança ocorre pelo discurso de Juscelino Kubitschek na abertura do II Congresso Nacional de Educação de Adultos ocorrido no Rio de Janeiro em 1958, onde o presidente pontuou:

Cabe, assim, à educação dos adolescentes e adultos, não somente suprir, na medida do possível, as deficiências da rede de ensino primário, mas também e muito principalmente dar um preparo intensivo, imediato e prático aos que, ao se iniciarem na vida, se encontram desarmados dos instrumentos fundamentais que a sociedade moderna exige para completa integração nos seus quadros: a capacidade de ler e escrever, a iniciação profissional técnica, bem como a compreensão dos valores espirituais, políticos e morais da cultura brasileira. Vivemos, realmente, um momento de profundas transformações econômicas e sociais na vida do País. A fisionomia das áreas geográficas transforma-se contínua e rapidamente, com o aparecimento de novas condições de trabalho que exigem, cada vez mais, mão-de-obra qualificada e semiquificada. O elemento humano convenientemente preparado, que necessita nossa expansão industrial, comercial e agrícola, tem sido e continua a ser um dos pontos fracos da mobilização de força e recursos para o desenvolvimento. Essa expansão vem sendo tão rápida e a consequente demanda de pessoal tecnicamente habilitado tão intensa, que não podemos esperar a sua formação regular de ensino; é preciso uma ação rápida, intensiva, ampla e de resultados práticos e imediatos, a fim de atendermos os reclamos do crescimento e do desenvolvimento da Nação. (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA *apud* FÁVERO e FREITAS, 2011, p. 370).

No mesmo passo, ainda nesse congresso, questionou-se pela primeira vez a prioridade dada à alfabetização enquanto motora do desenvolvimento econômico-

social. No relatório de uma das comissões realizadas no Pernambuco – onde Paulo Freire foi o relator – se afirmava que:

O problema fundamental é a miséria do povo e propõe-se outra forma de trabalho educativo: não sobre ou para o homem, mas com ele, considerando “imperativa sua participação em todos os momentos do trabalho educativo, preparatória ou concomitante àquela outra ainda mais estimável, que é a participação na vida da região e nas esferas mais amplas da sociedade em que vive”. (FÁVERO e FREITAS, 2011, p.370).

Realizaram-se então uma série de movimentos de cultura popular, a educação passa a ser vista sob novos olhos, crendo que a alfabetização deveria ser promovida por meio da conscientização, tal como se firmava na concepção freiriana.

Nesse sentido, os pontos mais marcantes dos movimentos pela educação dos anos 60 são:

O conceito de cultura popular, assumido como fundamental, do qual passou a derivar o conceito de educação popular – não a disseminação da cultura erudita aos setores populares, mas a consideração da cultura do povo como expressão de sua visão de mundo e, a partir dela, no que se designou conscientização, pensar a transformação da realidade em uma perspectiva democrática; b) uma nova forma, consequentemente, de entender a alfabetização, proposta por Paulo Freire, com expressa dimensão política; e c) a definição e vinculação assumida dos movimentos de cultura e educação popular com o movimento social mais amplo, no qual teve origem e ao qual se alia na luta por um novo projeto histórico. (FÁVERO e FREITAS 2011, p.371).

Ainda segundo Fávero e Freitas (2011), no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 começa o movimento da Educação permanente e educação continuada. Fatores que corroboraram a essa nova perspectiva de educação foram, de um lado, as exigências propostas pelas transformações no sistema produtivo, além da demanda pela expansão do ensino em níveis cada vez maiores. Além disso, o fracasso das campanhas de alfabetização e o insucesso do planejamento educacional em países subdesenvolvidos também se apresentam enquanto influentes.

A educação permanente privilegia, sobretudo, a educação de adultos, que era vista como uma possibilidade ao mercado de trabalho. Apesar do que viria a tratar a mesma, pode-se pensá-la pelos seguintes pontos:

[...] a concepção de educação permanente partia da incompletude do homem, a ser completada com o apoio de processos educativos durante

toda a vida e não apenas na faixa etária privilegiada para a educação básica, compreendida pelo início da escolarização até o ensino médio, realizados em várias instituições da sociedade e não apenas em escolas. [...] Um de seus pontos fundamentais era a relação entre a educação geral e a educação técnica ou a formação profissional, especialmente sua relação intrínseca: sem educação geral de qualidade não se consegue uma formação profissional satisfatória, em termos de abstração e capacidade de decisão exigidas pelos novos processos produtivos. (FÁVERO e FREITAS, 2011, p.375).

A defesa pela educação permanente é convergente, no Brasil, ao próprio aparecimento do Movimento Brasileiro pela Educação (MOBRAL), que se torna partidário de tal ideia. Todavia, como evidenciam Fávero e Freitas (2011, p.377):

[...] o exame do material didático utilizado tanto para a alfabetização quanto para as classes ditas de ensino integrado, constituem-se, na verdade, uma reposição da primeira fase do ensino de 1º Grau, revelando a adoção das mesmas sistemáticas utilizadas nas escolas regulares. Sua concepção de educação permanente é a adotada pelos economistas da educação, justificando a necessidade de mais estudo para melhor desempenho nas tarefas profissionais, cada vez mais exigentes pela transformação dos meios de produção.

O contexto marcado pela Constituinte levou à criação de vários documentos pela defesa da Educação Básica de 12 anos, no prisma em que a Constituição de 1988 foi à declaração do ensino fundamental enquanto um direito público subjetivo.

Com o retorno das eleições diretas para prefeitos, os municípios buscaram qualificar melhor a EJA, bem como se aparelhando de secretarias de educação; cuidando da formação continuada de professores e elaborando propostas curriculares, em boa parte retomando as propostas freiriana. “Os municípios brasileiros que mais se destacaram à época foram Porto Alegre, Santos, São Paulo, Diadema dentre outros”. (FÁVERO e FREITAS, 2011, p. 378).

Emergiam nesse contexto iniciativas de governos locais pela educação, como o Movimento de Alfabetização (MOVA) em São Paulo e tantos outros EJA's, geralmente frutos de parceria sociedade civil-Estado.

No que tange à educação de trabalhadores, Fávero e Freitas (2011, p.378) destacam:

[...] durante as discussões da Constituinte de 1987, as primeiras propostas, inscritas no capítulo dos direitos dos trabalhadores, previam sua liberação para a realização de atividades educativas no próprio local de trabalho ou em instituições próximas. Elas foram recusadas, no final da primeira fase nas discussões, pelo rolo compressor da bancada conservadora do Congresso Nacional, apoiada por forças de direita.

Muito se pensava sobre a possibilidade de um rompimento com as antigas propostas de alfabetização. Porém, a EJA retoma essas campanhas, com o envolvimento de vários seguimentos da sociedade e o empresariado – que assumem a tarefa a baixo custo.

Segundo Fávero e Freitas (2011), em 1996 ocorre a produção do relatório da Comissão Internacional do Século XXI, publicado em 1998 no Brasil. No que diz respeito aos quatro pilares onde se deveria assentar a educação de adultos grafa-se o seguinte:

Aprender a conhecer – não apenas a aquisição de um repertório de saberes codificados, mas o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, considerado como meio e finalidade da vida; b) aprender a fazer – indissociável do aprender a conhecer, liga-se à formação profissional, substituindo o conceito de qualificação profissional pelo de competência pessoal; c) aprender a viver juntos – opondo a esperança à violência e tentando superar o potencial de destruição criado durante o século XX; d) aprender a ser – ou seja, contemplar o desenvolvimento integral da pessoa, para que possa decidir por si mesma, de forma crítica, nas diferentes circunstâncias da vida (RELATÓRIO DA COMISSÃO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI *apud* FÁVERO e FREITAS, 2011, p.380-391).

Apenas em 1998, primeiramente no Rio de Janeiro, ocorre o primeiro Fórum de Educação de Jovens e Adultos. Os pontos de partida para sua realização foram às estratégias definidas na conferência regional preparatória à V Confinteia, realizada em Brasília no ano de 1997, que trazia o foco da EJA no ensino e na aprendizagem com vistas a melhorar a qualidade do processo educativo.

a)centrar o foco da EJA no ensino e na aprendizagem, melhorando a qualidade do processo educativos; b) atenção especial aos jovens; c) vínculos com a transformação produtiva e com o trabalho; d) superação do círculo vicioso da pobreza e ampliação de políticas de manejo sustentável do meio ambiente, no marco de um desenvolvimento justo; e) práticas orientadas para desenvolver valores democráticos e os direitos humanos; f) universalidade do direito à educação por toda a vida e adoção de perspectiva de aprendizagem permanente como expressão do desenvolvimento humano. (FÁVERO e FREITAS, 2011, p. 381).

O parecer CNE/CEB 11/2000, escrito por Carlos Roberto Jamil Cury grafa as seguintes funções no que diz respeito ao direito à educação para jovens e adultos:

Função reparadora, que devolve a escolarização não conseguida quando criança; b) função equalizadora, que cuida de pensar politicamente a necessidade de oferta maior para quem é mais desigual do ponto de vista da escolarização; e c) função qualificadora, entendida como o verdadeiro sentido da EJA, por possibilitar o aprender por toda vida, em processos de

educação continuada. (PAIVA *apud* FÁVERO e FREITAS, 2011, p.382-383).

Ademais, em 2003 ocorre pelo MEC a institucionalização do Programa Brasil Alfabetizado, direcionado para os estados, o Distrito Federal e os municípios que continham elevadas taxas de analfabetismo. Na visão de Rodrigues e Machado (2018), dentro das alterações estruturais do governo no âmbito da administração direta, vale destacar a criação em 2004 da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (Secad) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), que possibilitou pesquisas voltadas à área de diversidade e da formação profissional.

Segundo Rodrigues e Machado (2018) a educação de jovens e adultos sempre foi alvo de disputas ao longo da história, bem como de negligências por parte do estado brasileiro o que levou a uma descontinuidade do programa e do processo como um todo. Em meio a essas disputas em que ora a educação era encarada como direito, ora como mercadoria, o governo federal criou em 2005 o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que objetivava uma formação politécnica para os trabalhadores. “O Decreto nº 5.154/2004, resultante de uma ação coordenada entre os movimentos sociais, em especial o Fórum EJA, e as secretarias do MEC, permitiu a criação do Proeja em 2005 e sua implantação na rede federal”. (RODRIGUES e MACHADO, 2018, p. 47).

Em 2006, o Proeja foi reformulado via decreto nº 5.840 de 13 de julho, que mantém suas características básicas vigente até os dias atuais, tais como:

[...] a oferta como formação inicial e continuada e o curso técnico de nível médio; o ensino médio pode ser oferecido de forma integrada ou concomitante; a exigência de um projeto pedagógico integrado único para oferta do Proeja; a obrigatoriedade da rede federal de educação profissional ofertar no mínimo dez por cento do total de vagas de ingresso da instituição podendo esse percentual ser ampliado a partir de 2007; [...]. (RODRIGUES e MACHADO, 2018, p. 48).

Dessa forma o Proeja foi uma oportunidade para que jovens e adultos pudessem dar continuidade a sua formação, visando assim melhorar suas oportunidades não só no mercado de trabalho, mas também no meio social e na vida pessoal.

Observa-se, a partir dessa breve descrição histórica, que a Educação de Jovens e adultos no Brasil passou por vários momentos de formulações e

reformulações. Cada um desses momentos e ou programas educacionais foram importantes e merecem um olhar cuidadoso para sua devida compreensão. Nos termos propostos para esse trabalho dedicar-se-á nas próximas páginas a compreensão do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) realizado no período de ditadura militar no Brasil.

3. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL)

3.1 Caminhos da Pesquisa

Para uma melhor explanação sobre o tema defendido neste trabalho, fora utilizado uma pesquisa bibliográfica, com os autores e literaturas que mais se destacam na defesa do movimento de alfabetização de jovens e adultos. Bem como se vale também de pesquisa documental e qualitativa, ou seja, análises de documentos importantes sobre o tema.

Neste sentido podemos salientar que nos termos de Gil (2007, p. 17), a definição de pesquisa é:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Gil (2007), explica ainda que para que possamos iniciar uma pesquisa é necessário que antes exista uma pergunta ou uma dúvida que precise de respostas, ou seja, o ato de pesquisar é a busca por respostas. Seguindo este raciocínio, podemos apontar algumas dúvidas sobre o MOBRAL: Como surgiu? Onde começou? O que deu certo no programa e o que deu errado? Quais projetos eram realizados dentro do MOBRAL? Quais foram os motivos que fizeram o movimento acabar? Essas perguntas se encaixam nas razões práticas já que advêm do desejo de conhecer a história e transformar em dados qualitativos.

As pesquisas são classificadas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas. Para que se defina essa classificação, se fez necessário avaliar os objetivos gerais, ao que se optou por uma pesquisa exploratória, já que, segundo Gil (2002) esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar uma maior familiaridade com a situação problema, para que assim se possa construir hipóteses

e aprimorar ideias. A maioria das pesquisas exploratórias envolve um levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que participaram do período estudado e análise de exemplos, nesse caso, utilizaremos o levantamento por meio de pesquisa documental analisando os cadernos oficiais do programa: MOBRL: sua origem e evolução 1 (1973) e O MOBRL e a educação de adultos (1978) disponíveis no site do CREMEJA – Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos

O CREMEJA- Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos é um site de pesquisa que funciona como um banco de dados e contém informações, dados educacionais atuais e também antigos, como consta da época em que esse movimento da educação estava em vigor.

Sob orientação do professor orientador, tive acesso ao site escolhi os cadernos 1 e 2 que mais se direcionava àquilo que pretendíamos direcionar nossa fala. Todos os documentos encontram-se disponíveis no site e possui um acervo riquíssimo. Dessa maneira, além de realizarmos pesquisas bibliográficas fizemos a análise de documentos da época.

De acordo com, Gil (2002) nos traz a explicação sobre a semelhança entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (2002, p.45).

A pesquisa documental acontece por meio de documentos diversificados, onde podem ser documentos que não receberam nenhum tratamento analítico, ou seja, o texto não foi analisado ou comentado por terceiros. Podemos achar esse tipo de documentos em arquivos de órgãos públicos, privados, igrejas, sindicatos, associações científicas, etc. Para essa pesquisa documental, utilizaremos documentos oficiais do site do CREMEJA.

Nessa etapa foram localizados vários documentos, em função da grande quantidade documental filtrou-se o olhar para um objetivo específico no MOBRL, a Educação de Jovens e Adultos. Com isso, foi possível selecionar dois trabalhos do Ministério da Educação e Cultura do Rio de Janeiro, para estudo: 1- Mobral: sua origem e evolução (1973); 2- O Mobral e a Educação de Adultos (1978). Por meio de

ações orientadas realizaram-se anotações que contribuíram para a confecção do projeto final.

Após estudos iniciais definiu-se que realizaria uma pesquisa de cunho qualitativo, pois foi analisado o movimento, a história e os projetos do MOBRAL. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa é como um método que não se preocupa em analisar números, mas sim, em aprofundar o conhecimento sobre o tema escolhido na compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Para as autoras, torna-se impossível que exista apenas um modelo único e imutável, já que, cada uma tem suas especificidades. Nesse trabalho, por exemplo, analisar-se-á os conteúdos bibliográficos e por isso seria impossível seguir um modelo quantitativo onde os resultados da pesquisa quantitativa podem ser calculados.

A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno (Gerhardt e Silveira, 2009 p. 33).

Nesse sentido, o trabalho seguirá com a síntese da análise qualitativa dos dois trabalhos elaborados pelo Ministério da Educação do estado Rio de Janeiro, acima citados.

3.2 A Origem do MOBRAL

A partir de 1947 iniciou-se no Brasil uma série de atividades visando solucionar o problema do analfabetismo. [...] No entanto, estas ações isoladas, com diferentes metodologias e estratégias, ocasionaram desperdícios de verbas e de recursos humanos, em trabalhos paralelos e superpostos (BRASIL, 1978). De acordo com (Brasil, 1973), em consonância com o Censo Demográfico da época, a população brasileira da década de 1940 era majoritariamente analfabeta, cerca de 56% da população nacional eram pessoas sem ensino formal de escrita, leitura e cálculo. Este fato revelava a fragilidade da educação brasileira que gerava impactos nos aspectos socioeconômicos vinculados ao Brasil. Por isso, fez-se necessário, políticas que alterassem essa realidade. Com isso, o país se mobilizou na construção de estratégias capazes de promover avanços na alfabetização da população.

Segundo Fávero (2011), historicamente na educação brasileira a Educação supletiva foi o primeiro trabalho realizado com o foco no ensino de adultos, seguindo como modelo as experiências que já existiam no exterior em países como Inglaterra, Estados Unidos e França; após o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), estava sendo implantadas várias redes de educação não sistemáticas que foram chamadas na época de extraescolar.

A partir de 1947, a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) assumiu a função supletiva, organizada pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), onde os alunos que não eram alfabetizados eram ensinados em classes emergenciais por professores do antigo ensino primário ou voluntários, que utilizavam material didático produzidos pelo MES, são eles: cartilha de alfabetização Ler livro de leitura Saber; elaborados segundo o método Laubach e Manual de Aritmética. Após isso, a CEAA assume o amplo conceito de educação influenciada pela criação da Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência e a Cultura (Unesco). (Fávero, 2011).

Ainda segundo Fávero (2011), a CEAA por influência ainda dos países como o Estados Unidos, foi reforçada a partir do ano de 1950 com a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), onde tinham estratégias para a educação rural. Ainda em 1946 o governo federal incentivou a criação de Aprendizagem Comercial, visando à formação de mão de obra qualificada para os setores industriais e comerciais. Com o amadurecimento do processo democrático e as experiências que foram inovadoras na área da educação, na proporção de debates e na área cultural ocorreram as primeiras propostas para a criação de uma lei de diretrizes para a educação.

De acordo com Brasil (1973), em 1961, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que passa a fornecer possibilidade de funcionamento para classes especiais ou cursos supletivos no intuito de possibilitar a sujeitos que não tinham tido a oportunidade de se inserir em uma instituição de ensino na idade considerada adequada e/ou padrão. Surge, portanto, pressões sociais para que houvesse um aperfeiçoamento das condições culturais e técnicas para o letramento da população.

Essas pressões contribuíram para reorganizações da Educação de Jovens e Adultos em parte de maneira formal e, em parte, separadamente, caracterizando-se, entretanto, pela dispersão de esforços e falta de uma política definida e integrada ao ensino formal (Brasil, 1973). Sendo assim, os esforços nacionais, apesar de

esperarem grandes resultados, não eram sólidos e efetivos para a realidade em que o país estava inserido e o analfabetismo continuou como um grande pesadelo aos governantes que eram cada vez mais pressionados a solucionar este problema.

De acordo com Brasil (1973), nos anos finais da década de 1960, após o golpe militar, sob o comando do Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra e com a aprovação do Presidente da República Marechal Costa e Silva, o Brasil aprovou a Fundação do MOBREAL, um órgão público que seria o executor do Plano de Alfabetização Continuada de Adultos, tinha como objetivo vincular diretamente ao Ministério da Educação a prioridade na Alfabetização Funcional e na Educação Continuada.

Ainda segundo Brasil (1973), os objetivos traçados pelo Plano eram:

- a) Assistência financeira e técnica para promover a obrigatoriedade escolar na faixa etária de 7 a 14 anos;
- b) Extensão da escolaridade até a 6.a série;
- c) Assistência educativa imediata aos analfabetos que se situam na faixa etária de 10 a 14 anos;
- d) Promoção da educação dos analfabetos de qualquer idade ou condição, alcançáveis pelos recursos audiovisuais em programas que assegurem a avaliação dos resultados;
- e) Cooperação dos movimentos isolados de iniciativa privada, desde que comprovada sua eficiência;
- f) Alfabetização funcional e educação de adultos para os analfabetos de 15 ou mais anos, por meio de cursos especiais, básicos ou diretos, dotados de todos os recursos possíveis, inclusive audiovisuais, com duração de 9 meses;
- g) Assistência alimentar e recreação qualificada, como fatores de fixação de adultos nos cursos, além de seus efeitos educativos;
- h) Prioridades em relação aos cursos diretos previstos no item f: — condições socioeconômicas dos Municípios; — faixas etárias que congreguem idades vitais ao pleno uso das técnicas e práticas adotadas;
- i) Integração, em todas as promoções de alfabetização e educação de adultos, de práticas educativas e profissionais, em atendimento aos problemas fundamentais da saúde, do trabalho, do lar, da religião, do civismo e da recreação;
- j) Promoção progressiva de cursos de continuação (diretos, radiofônicos ou televisionados), visando a estender a alfabetização funcional;
- k) Instalação de centros de integração social e cívica, para sociabilidade dos adultos e fixação de hábitos e técnicas adquiridos;
- l) Descentralização da ação sistemática, com execução pelos Estados, Territórios, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas, mediante convênio. (BRASIL, 1973, p.9).

O Plano tinha como objetivo principal a erradicação do analfabetismo no Território Nacional, e, por isso, contava com a mobilização de diversos ministérios e com decretos oficiais destinados ao apoio de sua efetivação e eficácia. No entanto, tendo em vista a forma como a proposta foi desenvolvida, apesar de volumosos

recursos havia a necessidade de um melhor direcionamento dos mesmos, por consequência uma equipe de ministros foi solicitada, a fim de propor um planejamento para o descobrimento de recursos que pudessem propiciar uma segurança financeira para o desenvolvimento da ação, (Brasil 1973).

Segundo Brasil (1973), como estratégia, o grupo iniciou suas ações se vinculando ao rádio e a TV, com o objetivo de realizar uma chamada populacional em larga escala, a fim de que os sujeitos procurassem as redes de ensino para se alfabetizar, os locais escolhidos para as classes deveriam ser públicos e/ou oferecidos pela comunidade de forma que as instalações para o funcionamento do projeto não gerassem custos ao país.

Em paralelo a essas tomadas de decisão, leis eram sancionadas fortalecendo o movimento de Alfabetização Funcional, percebia-se na ordem pública, um investimento de ações em prol de tal propósito. Porém, o fomento com capital para as ações só foi conquistado em 1969, alguns anos após suas construções iniciais, com a presidência do MOBREAL sendo assumida pelo Dr. Jorge Boaventura de Souza e Silva, que em seu mandato teve pontos altos de conquistas de financiamentos para as seguintes ações:

- a) Transferência para o MOBREAL, pelo então Ministro Tarso Dutra, do Plano de Aplicação de Recursos oriundos do excesso de arrecadação do salário de educação;
- b) Concessão de um auxílio de cinquenta mil cruzeiros novos para despesas com a realização do I Encontro Nacional de Teleducção de Adultos, coordenado pela Fundação Educacional Padre Landell de Moura, com a cooperação do Instituto de Solidariedade Internacional da Fundação Konrad Adenauer;
- c) Convênio firmado com a Cruzada ABC, pelo qual esta instituição recebia do MOBREAL a quantia de 6 milhões de cruzeiros novos oriundos da USAID, para saldar dívidas já vencidas, decorrentes de sua ação alfabetizadora no Nordeste;
- d) Providências, quase concretizadas, para dotar o MOBREAL de sede própria, mas suspensas pelo presidente quando tomou a decisão de se exonerar do cargo;
- e) Convênios firmados com diversas entidades;
- f) Curso para alfabetização com utilização da televisão. (Brasil, 1973, p.11).

Nos termos de Brasil (1973), mesmo diante de um avanço considerável, o Plano de alfabetização do país ainda possuía muitos furos para se manter em vigência. O programa, em 1970, sofreu uma crise de falta de presidência que só é solucionada em Maio do mesmo ano pelo Dr. Mario Henrique Simonsen, que, a partir de seu mandato, desenvolve uma nova fase do MOBREAL, com planos de ação

mais orientados e que propiciaram um solo fecundo para o crescimento da Alfabetização Nacional.

Com a presidência do Dr. Mario Simonsen, o MOBRAL encontrou recursos novos e uma perspectiva de grande crescimento. Com a posse, na Secretaria Executiva, do Dr. Arlindo Lopes Corrêa, grande autoridade em Educação, o MOBRAL ampliou suas linhas de ação. Imediatamente foi refeito o quadro de pessoal, uma vez que o existente fora aprovado provisoriamente pelo Conselho de Administração, por não apresentar perfis profissionais nem definição de cargos. Foram criadas uma Secretaria Executiva Adjunta, duas Assessorias de elementos técnicos especializados e uma Gerência de Mobilização. (Brasil, 1973, p. 12).

Assim, a partir da posse na Secretaria Executiva do Dr. Arlindo Lopes Corrêa, o programa MOBRAL conseguiu ampliar suas linhas de ação, mas para que isso ocorresse foi necessário, segundo Brasil (1973), refazer todo o quadro de pessoal visto que os profissionais não apresentavam perfis profissionais nem definição de cargos.

3.3 A nova organização do MOBRAL: Uma experiência a nível nacional

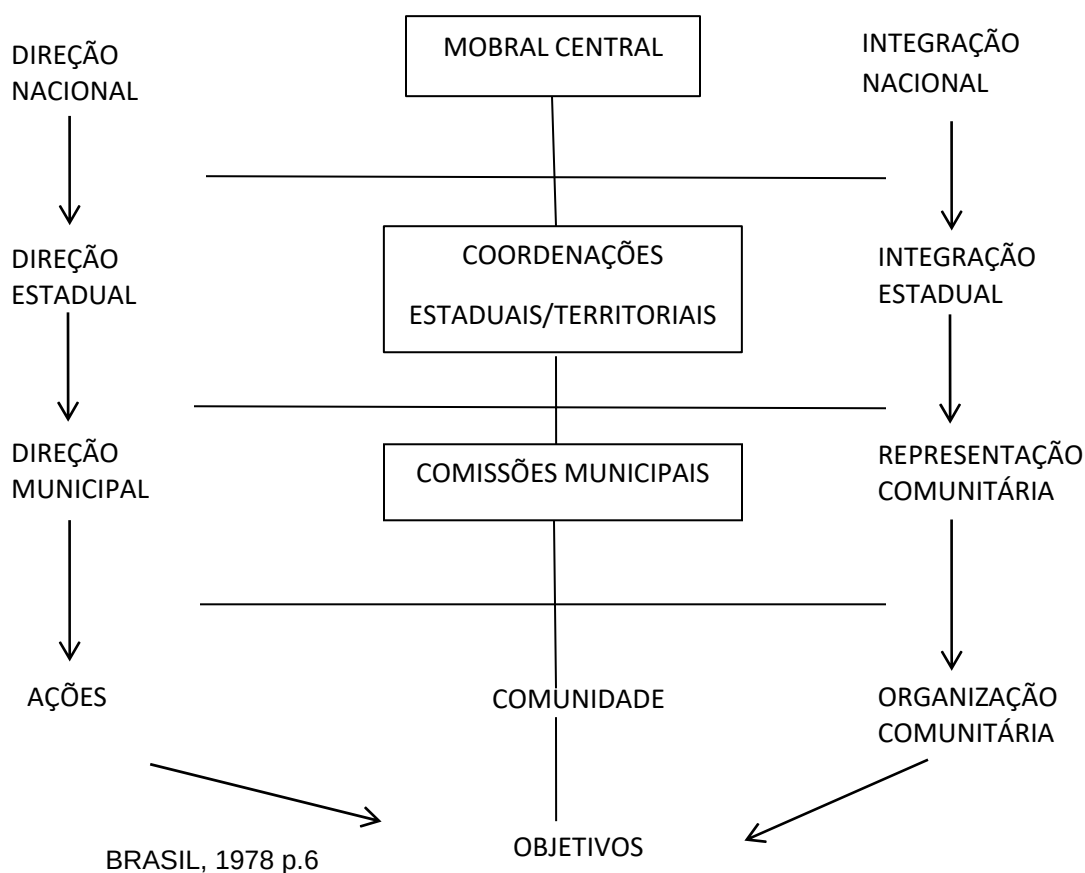
O MOBRAL surge em 1967, através da Lei nº 5.379. As tarefas realizadas pelo movimento entre 1967 e 1969 se davam, sobretudo por meio de convênios com entidades, tanto governamentais, quanto não governamentais. A principal implicação de preocupações em relação ao analfabetismo no Brasil se dava por conta de motivações de ordem socioeconômica. Em 1970 aconteceu a reestruturação do MOBRAL, decorrente de divergências internas entre o Departamento Nacional de Educação (DNE) e o ministro da Educação Jarbas Passarinho, que tinha interesse em realizar um projeto que abrangesse a alfabetização de adultos envolvendo a iniciativa privada e também integrantes do Ministério do Planejamento do Ipea. Conforme Souza (2016), a partir deste conflito, Jorge Boaventura de Souza e Silva – Presidente do MOBRAL- pediu demissão da Diretoria do DNE e da presidência do MOBRAL, logo após, no dia 3 de Junho o economista Prof. Mario Henrique Simonsen foi nomeado presidente do MOBRAL, adotando assim uma nova política de ação.

Foi, então, necessário reestruturar o MOBRAL ainda em 1970 e estabelecer uma nova forma de atuação [...] Atendendo a uma clientela específica, com método e material didático adequados, o MOBRAL entrou em uma nova fase. Utilizou, a partir de então, uma sistemática operacional descentralizada” (BRASIL, 1978, p.4-5).

É nesse momento que o MOBRAL passou a ser baseado em três níveis de funcionamento: MOBRAL Central, Coordenações estaduais/ territoriais e Comissões Municipais. Quanto à responsabilidade de cada nível dividia-se em: O MOBRAL Central funcionava como um órgão normativo de planejamento, controle, avaliações, assistência técnica estadual e nacional, era responsabilidade dele também a tomada de decisões em relação às diretrizes didáticas, políticas educacionais do movimento e estabelecimento de linhas gerais de ações para todo o território nacional. O MOBRAL Central tinha também como responsabilidade realizar o repasse de verbas para o pagamento dos alfabetizadores. Era dividido em: Coordenação geral, diretrizes, política educacional, didáticas, planejamento, controle, recursos financeiros, avaliação e assistência técnica. Nos termos de Brasil (1978), competia ao MOBRAL Central “[...] tomar decisões e estabelecer as linhas gerais de ação para todo o território nacional [...] mantém o controle, o planejamento e a avaliação dos resultados, além de fornecer material didático, assistência técnica e verba para pagamento de alfabetizadores” (BRASIL, 1978).

As coordenações dos estados ou territoriais tinham como função acompanhar os programas que foram desenvolvidos e ajudar na articulação entre os programas e a realidade de cada local e de cada aluno. Essas coordenações eram divididas em: coordenações, controle, avaliação, assistência técnica e recursos humanos. Competia, portanto, “[...] coordenação e acompanhamento dos programas, projetos e atividades a nível de Estado ou Território” (BRASIL, 1978).

Já as comissões Municipais funcionaram como órgão executivo do MOBRAL, agindo nos municípios brasileiros, reunindo elementos dos empresários, prefeituras, comunidades religiosas, voluntários, estudantes, associações. Era dividido em: levantamento dos analfabetos, diagnóstico das propostas realizadas, alfabetização, definições de ações, planejamento, execução de campanhas e treinamentos, avaliação, acompanhamento, fiscalização, dentre outros. “Competia, então a essa comissão a mobilização da comunidade no sentido de reunir esforços em prol dos objetivos e solucionam os problemas típicos do local” (BRASIL, 1978). o MOBRAL passou a ter a seguinte organização administrativa:



De acordo com Brasil (1978), para essa nova estrutura do MOBRAL definiu-se quatro linhas de orientação básicas para o MOBRAL: Descentralização de ação, Centralização do controle, Relacionamentos funcionais e Definição de objetivos. Essas orientações foram aplicadas aos três níveis supracitados (MOBRAL Central, Coordenações Estaduais ou territoriais e Comissões Municipais).

Descentralização da ação tinha como objetivo delegar as tarefas para quem demonstrava uma maior possibilidade de promover, executar e tomar decisões pertinentes, por se encontrar no local para a realização do trabalho. A Centralização do controle tinha como objetivo assegurar que houvesse harmonia dentro das operações desenvolvidas no campo pelas Coordenações e Comissões Municipais.

Outra linha de orientação era os Relacionamentos funcionais, onde, era necessário garantir a rapidez na execução de trabalhos, sendo assim, as relações dentro dos diversos órgãos dos três níveis ocorriam a partir das necessidades funcionais e não seguindo classificações hierárquicas. E por último, temos as Definições dos objetivos, na qual eram definidos para garantir as responsabilidades de cada nível, sendo um fator de extrema importância para que houvesse um bom

funcionamento entre cada um e também obtivesse um bom relacionamento entre eles.

3.4 Processo educativo do MOBRAL

Segundo Brasil (1978), a linha de educação proposta pelo MOBRAL defendia o princípio de que o aprendizado era um processo dinâmico, contínuo e complexo que perpassava toda a vida do indivíduo, deste modo o MOBRAL trabalhava em uma linha de Educação permanente onde acreditava que: “Eliminar apenas o analfabetismo do quadro social brasileiro – se bem que fundamental – não seria suficiente para atender aos anseios da criação de uma sociedade moderna e desenvolvida” (BRASIL, 1978, p.8). Assim, havia uma busca por proporcionar oportunidades de educação a níveis amplos e elevados, para que a educação estivesse à disposição dos indivíduos no decorrer de toda a sua vida.

Acerca da metodologia do MOBRAL, ainda segundo Brasil (1978), a mesma se relacionava com os seguintes focos: Psicológico, que se baseava nas motivações pessoais do indivíduo por meio do estudo de seus interesses, analisando as suas dificuldades e as suas possibilidades. Social e Antropológico, que tinha como foco a inserção do indivíduo na comunidade possibilitando a ele ser agente de transformação em seu meio e também para o mundo. Por último tem-se o Pedagógico, que tinha como objetivo proporcionar as pessoas elementos necessários para o seu desenvolvimento pessoal, social e cultural, promovendo também o desenvolvimento da comunidade que ele pertence, fazendo com que este indivíduo tenha a capacidade e liberdade de construir o seu futuro, melhorar o seu ambiente de convivência e até mesmo de mudar o mundo.

A crítica que se faz as metodologias utilizadas no MOBRAL é quanto ao seu aspecto funcional, esperava-se instruir o indivíduo em habilidades de leitura, escrita e contagem, sem o objetivo de gerar um ser crítico e reflexivo sobre as mazelas sociais.

Além de utilizava-se de um material uniforme que era utilizado em todo território nacional, sem se preocupar em trazer os conhecimentos de acordo com cada região.

Após definir os objetivos e sua metodologia, baseada nos enfoques Psicológicos, Sociais/ Antropológicos e Pedagógicos, foi estabelecido pelo

MOBRAL, segundo Brasil (1978), qual era a sua posição em relação à educação de adultos, no qual:

1. A Alfabetização Funcional é apenas o primeiro passo de um sistema mais amplo de educação; 2. A educação de adultos [...] não pretende ser a reedição adaptada do currículo escolar para crianças; 3. Esta educação não se limita à transmissão de conhecimentos mas, através da participação de todos, objetiva o aproveitamento constante das experiências de vida [...]; 4. Esta educação, tendo como base a realidade do indivíduo, pretende ainda proporcionar oportunidades de acesso a outras experiências, inclusive vividas num contexto cultural diferente do seu, favorecendo a um enriquecimento cultural (BRASIL, 1978, p.9).

De acordo com Brasil (1978), no intuito de cumprir com a realização desses pontos e atingir os objetivos iniciais: a erradicação do analfabetismo e a educação continuada surgem então à necessidade de fundamentar os Programas desenvolvidos pelo MOBRAL na perspectiva da Funcionalidade e Aceleração. “Entende-se por funcionalidade o princípio metodológico segundo o qual o conteúdo da atividade educativa tem sua origem na experiência de vida do homem.” (BRASIL, 1978). Sendo assim, nota-se que o conceito de Funcionalidade foi adotado para justificar a campanha alfabetizadora e a continuidade deste programa.

Já o princípio da aceleração refere-se ao “(...) princípio metodológico segundo o qual os objetivos educacionais são atingidos, mais rapidamente, pelo aproveitamento das potencialidades bio-psicológicas dos indivíduos e dos grupos desenvolvidos durante sua vida através dos processos de maturação e de enculturação” (BRASIL, 1978). Essa perspectiva, diferentemente do que foi sugerida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que previa a duração do ensino em um período de 9 meses, o MOBRAL conseguiu reduzir o tempo para uma média de cinco meses com duas horas de aulas diárias.

3.5 Os programas do MOBRAL para Jovens e Adultos

Tendo em vista o alto custo para manter o MOBRAL, foram elaboradas algumas alternativas como a criação de programas adicionais que garantiam a sua continuidade e assim, assegurar o seu funcionamento. O MOBRAL desenvolveu segundo os seus objetivos e prioridades dois programas básicos que atendiam as necessidades dos adolescentes e adultos: “Alfabetização Funcional” e “Educação Integrada”.

O Programa de Alfabetização Funcional – PAF teve início no ano de 1970, com duração de apenas cinco meses, com carga horária de duas horas diárias de aula sendo realizado dentro do município, ou seja, de responsabilidade da prefeitura para liberar verbas com a finalidade de adquirir materiais didáticos e mão de obra. O projeto além de almejar o desenvolvimento das habilidades dos alunos na escrita, cálculo e leitura, também tinha como objetivo os seguintes pontos: Desenvolvimento de um vocabulário enriquecido; Desenvolvimento do raciocínio para a resolução de problemas pessoais e da comunidade; Formação de hábitos e atitudes positivas acerca do trabalho; Desenvolvimento da criatividade para melhorar as condições de vida e aproveitar os recursos disponíveis.

Tinha também como foco, segundo Brasil (1978), ensinar aos alunos como conhecer seus direitos e deveres para que assim pudessem melhorar a suas participações dentro da sociedade, ensinar sobre a conservação da saúde e as melhorias de hábitos de higiene pessoal, familiar e social. Outro ponto, ainda segundo Brasil (1978), também era garantir que todos participassem do desenvolvimento da comunidade estando cientes sobre a importância do bem-estar das pessoas. Em seu período inicial, o MOBRAL possuía uma forte crença de que:

[...] ao desenvolver o seu trabalho de Educação de Adultos [...] 'uma Educação de Adultos unicamente centralizada na luta contra o analfabetismo esgota rapidamente seu potencial'. Assim, há outras portas a serem abertas além da porta 'ensinar a ler, a escrever e a contar'. (BRASIL, 1978, p.21).

Segundo Brasil (1978), com a consciência de seu papel enquanto órgão de Educação de adultos, o programa MOBRAL ampliou suas ações educativas tendo como pauta a filosofia da Educação, centralizando seus objetivos básicos de Educação Continuada e Alfabetização Funcional. Para que esses objetivos fossem atingidos, começaram a ser desenvolvidos trabalhos com a prioridade para a erradicação do analfabetismo, onde, colocaram como meta nacional a ser alcançada até o ano de 1980. (BRASIL, 1978).

Segundo Brasil (1978), Na medida em que o MOBRAL avançava e cumpria seus objetivos e metas de erradicação do analfabetismo, tornava-se necessário pensar de forma mais intensiva no objetivo inicial que era dar continuidade no processo educativo, por meio de vários programas:

Programa de educação integrada.

Devido o auto custo do MOBRAL aos cofres públicos, ao longo de sua existência foram sendo criados vários programas adicionais, a fim de encontrar alternativas que garantisse sua continuidade. Tais como:

O Programa de Educação Integrada- PEI, de acordo com Brasil (1978), tinha como principal objetivo atender de forma prioritária a população egressa da Alfabetização Funcional e também aqueles que não frequentaram a escola na idade apropriada, o curso tinha duração de 720 horas, sendo elas equivalentes as quatro primeiras séries do primeiro grau, ou seja, era considerado um supletivo de forma compactada, sendo reconhecido pelo Conselho Federal de Educação e desenvolvido por meio de convênios entre as Secretarias de Educação Estaduais, municipais e o MOBRAL juntamente com entidades filantrópicas. Para que esse programa fosse implementado, o MOBRAL fornecia o material didático, treinamento dos professores e assistência técnica permanente.

Este programa teve como objetivo central dar continuidade ao Programa de Alfabetização Funcional, sem focar em aspectos críticos sociais, mas que garantia ao aluno considerado alfabetizado avançar e ter continuidade nos estudos.

Além dos trabalhos que priorizavam a erradicação do analfabetismo, outros programas foram criados paralelamente para ampliar o aprendizado, ensino e também as oportunidades no aspecto da educação referente a adultos, criando também algumas bases para um Sistema de Educação Permanente. Sendo eles:

Programa de Atividades Culturais

Segundo Brasil (1978), o Programa de atividades culturais tinha como objetivo concorrer para ampliação do universo cultural dos alunos do MOBRAL e da comunidade pertencente, minimizar a regressão e os índices de evasão escolar entre os alunos do MOBRAL, deste modo, também atuava como um meio para entrada de novos alunos.

O programa foi implantado de forma gradativa em todo país por meio de dois tipos de unidades: Postos culturais fixos, sendo uma unidade de operação fixa, para manter atividades culturais permanentes dando continuidade e reforço aos programas pedagógicos, profissionalizantes e mobilização. Já os Postos de Cultura Móvel (MOBRALTECA) era uma unidade móvel destinada à execução de atividades itinerantes do Programa. Ao todo, segundo Brasil (1978), uma frota de seis

Mobraltecas percorreu todo o Brasil, dessas seis, cinco foram doadas ao MOBRAL em 1975 pela Caixa Econômica Federal e por outras quatro empresas privadas.

O programa de Atividades Culturais contribuiu para a divulgação da filosofia do MOBRAL, por meio de atividades dirigidas ao lazer e das quais participavam tanto os contemplados pelo programa, como a comunidade em geral.

Programa de Profissionalização

Segundo Brasil (1978), o Programa de Profissionalização foi criado com intuito de completar as ofertas de oportunidades na perspectiva da Educação Permanente de alunos do MOBRAL, para assim, dar condições de aprimoração socioeconômica. Neste programa, o aluno recebia informações e também orientações profissionais, treinamentos e também encaminhamento ao emprego.

Programa diversificado de ação comunitária – PRODAC

Segundo Brasil (1978), o Programa Diversificado de Ação Comunitária-PRODAC era um programa amplo onde seguia uma linha de abertura e integração de esforços para conseguir criar mecanismos adequados que estimulassem e possibilitasse a participação ativa da população em programas concretos de desenvolvimento, para que assim houvesse uma melhora real da qualidade de vida dos alunos.

Outro objetivo era a criação de um processo contínuo de pesquisas e ações consecutivas que tivessem a maior participação possível dos integrantes da comunidade, principalmente os mais carentes socialmente, para que assim as entidades interessadas obtivessem dados reais para serem usados em planejamentos realistas que tivessem uma maior adesão de seus beneficiários.

Nos termos de Brasil (1978), O PRODAC se desenvolveu por meio de vários Subprogramas, sendo eles: Educação, Saúde e Saneamento, Nutrição, Promoção Profissional, Habitação, Atividades de Produção, Esporte, Pesquisa e Conservação da natureza.

O Programa de Educação Comunitária para a saúde do MOBRAL tinha como objetivo atingir toda a comunidade proporcionando uma melhoria das condições da saúde e do saneamento básico, por meio de um trabalho com foco na natureza educativa, sendo realizados por meios de grupos, onde os grupos surgiam em

função do desenvolvimento e da comunidade. Não só os participantes eram impactados, mas também seus familiares, vizinhos e comunidade, desta forma, o Programa beneficiava diretamente e indiretamente as pessoas pelo seu efeito multiplicador. (Brasil, 1978).

Ainda segundo os relatos de Brasil (1978), cada grupo participante era coordenado por um monitor que tinha como papel orientar os debates e também as reuniões que aconteciam semanalmente, estimulando o desenvolvimento de atividades comunitárias com o intuito de melhorar as condições de saúde da localidade de cada participante.

Segundo Brasil (1978), o Programa de Autodidatismo surgiu naturalmente com a expansão do MOBRAL a partir de sua filosofia e objetivos, na Educação Permanente. O Projeto proporcionava alternativas educacionais por meio de atendimento seguindo uma linha de autodidaxia para as camadas da população que tinham menores oportunidades de estudo, também ampliava a atuação do Posto Cultural, dando características de uma Agência de Educação Permanente fazendo programas voltados para o aperfeiçoamento crescente da população. O Projeto também proporcionava condições para que os alunos também se autotransformassem, possibilitando assim uma aquisição e ampliação de conhecimentos.

Nos termos de Brasil (1978), o programa de Autodidatismo destinava-se aos alfabetizadores do MOBRAL para que assim obtivessem maior produtividade do Programa de Alfabetização Funcional, também aos adultos já alfabetizados pelo MOBRAL, aos professores e alunos do Programa de Educação integrada, à população já iniciada no processo educacional. Sendo desenvolvido através do estudo de 15 temas do saber: Comunicação e expressão, Literatura, Cultura, Indústria e Comércio, Agricultura e Pecuária, Brasil, Transporte, Trabalho, Universo, Natureza, Comunidade, Habilitação, Corpo Humano, Alimentação e Matemática.

A “Campanha Esporte Para Todos”, segundo Brasil (1978), tinha como objetivo central incentivar a população brasileira a terem interesse por lazer esportivo, o programa contava com um conjunto de ideias que orientavam a campanha, sendo elas: lazer, saúde, desenvolvimento comunitário, integração social, civismo, humanização das cidades, valorização da natureza, adesão a prática esportiva, adesão ao esporte organizado e valorização do serviço à comunidade.

Ainda segundo Brasil (1978), essas orientações norteavam sobre como era possível ter prazer e alegria durante as práticas esportivas, benefícios e melhorias para a saúde após a adesão ao esporte, estimulação da interação entre a comunidade, buscavam também movimentar pessoas e entidades em iniciativas locais, ou seja, utilizavam atividades que já eram realizadas ou de fácil compreensão seguindo os gostos e necessidades da população local, garantindo assim maior participação. Dentro da Campanha, havia dois programas: o Nacional que visava à coerência e a motivação; e o Local, que visava aumentar o número de pessoas participantes em esportes que já existiam no município.

O MOBREAL foi um divisor de águas para o surgimento do que chamamos hoje de EJA- Educação de Jovens e Adultos, uma vez que, anteriormente a educação estava a serviço somente daqueles que tinham idade para cursar a série regular de ensino. Neste contexto o movimento veio salientar a importância da alfabetização daqueles que por motivos diversos não se alfabetizaram na idade devida.

Sendo assim, vemos que a Educação é de um modo geral um processo continuado, e que mesmo as conquistas se dão por meio de um processo. Haja vista, que tanto o MOBREAL como a EJA visa tornar possível essa igualdade/ equidade no acesso educacional, conduzindo a pessoa à aquisição da leitura, escrita e cálculos, assim como visa melhorar a qualidade de vida e o acesso ao mercado de trabalho e também na comunidade em que determinado indivíduo está inserido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como objetivo geral perceber as características, a importância e tecer uma crítica à proposta de alfabetização de adultos formalizada no Movimento Brasileiro de Alfabetização Brasileiro (MOBRAL). Bem como, compreender o momento histórico tanto da ocasião do MOBRAL; quanto o surgimento da EJA, com vistas a compreender os anseios dos indivíduos público alvo e explicar as metodologias abordadas por essas concepções educacionais.

Segundo Fávero e Freitas (2011), no Brasil houve no período do Regime Militar o surgimento do Movimento Brasileiro de Alfabetização- MOBRAL, que tinha seu foco no ensino da leitura, escrita e cálculos básicos para jovens e adultos que não haviam terminado seus estudos na idade e série correspondente.

Na perspectiva de Rodrigues e Machado (2018), no decorrer do tempo foram encontradas várias falhas e o movimento acabou caindo em descrédito pelas variadas polêmicas que fora cercado, em âmbitos político-ideológicos, financeiros e pedagógicos; por não alcançar o sucesso na aprendizagem dos educandos envolvidos, uma vez que se distanciava da realidade e linguagem a serem atingidas.

As autoras elucidam que necessitou de um olhar mais direcionado com políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal que viabilizassem recursos ao que passou a se chamar de EJA- Educação de Jovens e Adultos. Assim como se baseasse em propostas educacionais elaboradas que se voltassem às necessidades reais, com linguagens próprias.

Portanto, há que se ressaltar que todo processo educacional que consequentemente está pautado no indivíduo, para que obtenha sucesso e alcance sua finalidade- a aprendizagem necessita de aprimoramento constante, com vistas no Projeto Político Pedagógico e também na viabilização financeira por meio de políticas públicas em âmbito federal.

Dessa forma há sempre um vasto campo de pesquisa e investimento quando o assunto é Educação de Jovens e Adultos, já que esse é um público sensibilizado socialmente e com grande índice de evasão escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL _ Movimento Brasileiro de Alfabetização Assessoria de Organização e Métodos. MOBREAL: Sua origem e Evolução. Rio de Janeiro, 1973.

BRASIL _ Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. ASSP. SUSUG. O Mobral e a educação de adultos. Rio de Janeiro, 1978.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995

FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. Goiânia, v. 36, n. 2, p. 365-392, jul./dez.2011.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

PAIVA, Vanilda P. Educação Popular e Educação de Adultos. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

RODRIGUES, Maria Emilia de Castro; MACHADO, Maria Margarida. Educação de Jovens e Adultos trabalhadores. Appris Editora, Curitiba- PR, 2018.

Documento Digitalizado Público

TCC Versão Final

Assunto: TCC Versão Final
Assinado por: Matheus Souza
Tipo do Documento: Documentos
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Matheus Pereira de Souza, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 14/03/2023 17:05:41.

Este documento foi armazenado no SUAP em 14/03/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 402282

Código de Autenticação: d95c9eda7e

